



ANAIS

ENSINO TÉCNICO E ENSINO DO EMPREENDEDORISMO: UMA INVESTIGAÇÃO DAS INFLUÊNCIAS DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS.

EDUARDO MIGLIORINI BRUSCO
eduardo.brusco@santanna.g12.br
UNESP

ELTON EUSTÁQUIO CASAGRANDE
elton.eustaquio@unesp.br
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA FCLAR/DEPTO DE ECONOMIA

RESUMO: O presente artigo buscou investigar as influências das estruturas organizacionais no ensino técnico voltado ao desenvolvimento de habilidades empreendedoras, destacando três principais aspectos, as práticas e metodologias de ensino mais adequadas, a formação e capacitação dos professores envolvidos no projeto e características administrativas que incentivam e fomentam a prática do empreendedorismo, levando também em consideração as orientações estabelecidas pela nova Base Nacional Comum Curricular. Para alcançar o objetivo proposto foi utilizada a metodologia qualitativa, pois buscou-se um aprofundamento da compreensão organizacional através da revisão da literatura pertinente ao tema. Como critério de seleção dos artigos que contribuíram para o corpo teórico, destaca-se a preocupação na busca de artigos recentes, publicados em periódicos internacionais relevantes, de nacionalidades diversas, sem desprezar trabalhos mais antigos notadamente importantes. Como contribuições, destaca-se a discussão quanto as práticas de ensino voltadas ao desenvolvimento de habilidades empreendedoras, a necessidade da oferta de experiências por parte das instituições e a importância de envolver a sociedade como um todo no programa de ensino.

PALAVRAS CHAVE: Educação Técnica; Educação Empreendedora; Estruturas Organizacionais; Empreendedorismo.

ABSTRACT: This article sought to investigate the influences of organizational structures in technical education aimed at the development of entrepreneurial skills, highlighting three main aspects, the most appropriate teaching practices and methodologies, the training and training of teachers involved in the project and administrative characteristics that encourage and encourage the practice of entrepreneurship, also taking into account the guidelines established by the new National Curricular Common Base. In order to achieve the proposed objective, a qualitative methodology was used, as it sought to deepen the organizational understanding through a review of the literature relevant to the topic. As a criterion for the selection of articles that contributed to the theoretical body, there is a concern in the search for recent articles, published in relevant international journals, of different nationalities, without neglecting older, notably important works. As contributions, we highlight the discussion about teaching practices aimed at developing entrepreneurial skills, the need for institutions to offer experiences and the importance of involving society as a whole in the teaching program.

KEY WORDS: Technical Education; Entrepreneurial Education; Organizational Structures; Entrepreneurship



ANAIS

1. INTRODUÇÃO

O tema da educação empreendedora ganhou maior importância na segunda metade da década de 2011, em boa parte graças a reestruturação das bases curriculares da educação básica, proposto pelo documento normativo Base Nacional Comum Curricular.

Reformas importantes foram feitas depois de 2016 que afetaram a legislação trabalhista, previdenciária e da liberdade econômica. O conjunto de reformas alterou o ambiente do mercado de trabalho e as perspectivas intertemporais.

A primeira reforma do período foi a reforma trabalhista de 2017, seguida da reforma previdenciária em 2019. No mesmo ano, a “Declaração dos Direitos de Liberdade Econômica” tomou forma e modernizou as condições que propiciam a criação de empresas.

A educação empreendedora, estruturada na forma de política, é uma ferramenta importante para reduzir o problema do desemprego e estimular o crescimento econômico (Faisal Jabeen et al., 2017; Meyer & Surujlal, 2018). Além de ser usada como uma ação educacional para enfrentar, por exemplo, problemas atuais causados pela pandemia de COVID19, como a alta taxa de desemprego (Sommarström et al., 2020).

A educação empreendedora viabiliza a disseminação da cultura do empreendedorismo e a inovação em processos produtivos, através da transmissão de habilidades e visão dos indivíduos (“mindset”) (KARIMI et al, 2010). Ela também é compreendida como veículo de mediação entre a cultura e a intenção empreendedora (WARDANA et al., 2021).

Na política de Estado, o Ministério da Educação (MEC) destaca o papel das instituições de educação profissional e tecnológica, que tem como finalidade preparar os alunos para o exercício de profissões, contribuindo para que o estudante possa se inserir e atuar no mundo do trabalho (PORTAL DO MEC, 2018)

No setor do agronegócio existem várias titulações técnicas que permitem atuar sob o conceito de educação empreendedora segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), que informa a estrutura necessária, a quantidade de horas, o campo de atuação para entidades interessadas.

Apesar da existência de sistemas educacionais com foco no empreendedorismo, identifica-se lacunas no mercado, como: 1) A dificuldade dos agricultores familiares em se tornarem empreendedores rurais (TOMEI e SOUZA, 2014); 2) Ausência de competências empreendedoras para identificar oportunidades de negócio, estabelecer relacionamentos interpessoal adequado e visão estratégica (ROCHA JÚNIOR, 2016).

O ensino profissional e técnico, amparado com o ensino empreendedor pode promover mudanças de visão e propiciar as condições para alavancar o ideário e a iniciativa empreendedora (SANTIAGO E ROXAS, 2015).

O objeto de trabalho são as estruturas organizacionais que permitem e estimulam o desenvolvimento de competências empreendedoras, nas instituições de ensino, em especial, instituições de ensino técnico voltadas ao agronegócio.

Como forma de contribuir com a reflexão sobre a educação empreendedora e sua sustentação dentro de um sistema de ensino, analisa-se a constituição organizacional necessária aos propósitos e desenvolvimento de jovens empreendedores.



ANAIS

Para atingir este objetivo, discute-se na seção II os principais aspectos da teoria do empreendedorismo que levam à compreensão dos principais atributos que podem ser potencializados através do ensino. Na seção III apresenta-se uma visão do tema de educação empreendedora e identificam-se as premissas à boa prática do ensino, do perfil do professor, do papel do aluno, com metodologias e aplicações. Na seção III analisa como a adequação organizacional funciona como um elo importante entre teoria e educação empreendedora.

Essa seção está subdividida em: 3.1) Prática de ensino; 3.2) Estrutura física; 3.3) Estrutura administrativa, que combinadas asseguram uma condição melhor ao desenvolvimento da educação empreendedora. Finalmente, conclui-se o trabalho com os principais aspectos organizacionais que pouco são discutidos na literatura para a educação empreendedora.

A metodologia é qualitativa, pois se baseia no aprofundamento da compreensão da forma organizacional que assegura o êxito do ensino empreendedor (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

Para assegurar a relevância dos trabalhos utilizados na revisão da literatura, foi utilizado a combinação de quatro fatores. O primeiro deles a data de publicação, inicialmente foi aplicado um filtro para publicações recentes, entre 2016 e 2022. O segundo critério foram as palavras-chave relacionadas a cada pesquisa, deu-se maior valor para aquelas que constasse, “Educação Empreendedora”, “Ensino do Empreendedorismo”, “Empreendedorismo”, “Teoria Empreendedora” e algumas outras variações.

Também foram analisados os resumos de cada uma das pesquisas, dando preferência àquelas que indicassem o método de pesquisa quantitativo, em especial com aplicação de entrevistas e questionários, que pudessem indicar evidências empíricas para sustentação dos argumentos apresentados. Por último, a nacionalidade da pesquisa, para garantir que fossem avaliados trabalhos nacionais e internacionais.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 Teoria do Empreendedorismo

O campo de pesquisa em empreendedorismo ganhou espaço nos últimos 30 anos, dada a produção voltada a diversos aspectos e desafios que resultaram em um núcleo de investigação científica teórico e empírico (KENWORTHY; MCMULLAN, 2018) e também metodológico (KLEIN, 2008).

Kenworthy e McMullan (2018) revisaram contribuições de um grande número de publicações, em seis relevantes periódicos internacionais. Os resultados mostraram que as contribuições tiveram um expressivo aumento na orientação teórica, o que indica uma maior consolidação teórica para a área do empreendedorismo, segundo os autores.

O incremento teórico não está concentrado em apenas um grupo pequeno de teorias, mas em subconjuntos. Foram identificadas 73 teorias anunciadas pelos autores nos artigos sendo as mais comuns a teoria da agência, capital humano e visão baseada em recursos, capital social, institucional, hierarquia, entre outras.

Um outro recorte sobre a produção dos autores acima, permitiu a identificação dos campos de pesquisa a que cada uma das 73 teorias testadas pertence. Foram identificados 13



ANAIS

principais campos, distribuídos da seguinte maneira: cerca de 60% é pertinente à área do empreendedorismo; cerca de 10% ligado à área da economia; 10% à área da psicologia; e seguindo com porcentagens mais baixas, os campos da gerência estratégica, sociologia, psicologia social, administração, marketing, empresas familiares, comunicação, matemática, biologia, filosofia, finanças, inovação, gerenciamento operacional e ciência política.

Na revisão da literatura feita por Simpeh (2011), o autor categorizou quatro principais teorias sobre empreendedorismo: 1) Teoria Econômica do Empreendedorismo; 2) Teoria Psicológica do Empreendedorismo; 3) Teoria Empreendedora baseada na oportunidade; e 4) Teoria Empreendedora baseada em recursos.

A teoria econômica do empreendedorismo encontra raízes nas teorias clássica, neoclássica e na escola austríaca. A teoria clássica, pautada no livre mercado, especialização e competição de Smith (1776), descreveu o papel do empreendedor como empresário preocupado na produção, distribuição e na competição do mercado.

Da escola austríaca, Schumpeter (1934) descreve o empreendedor como ator principal do mercado, tendo nas inovações de produtos e serviços a força de alterar o mercado e, por conseguinte, a economia. Tal abordagem diverge da teoria neoclássica, que se baseia na competição perfeita. Já Schumpeter colocava as capacidades interpretativas e inventivas do empreendedor como pivô da competição.

Simpeh (2011) descreve um campo de estudo do empreendedorismo que dá ênfase à análise individual do empreendedor, intituladas teorias psicológicas do empreendedorismo. Essas teorias têm como foco um conjunto de características que definem o empreendedorismo como necessidade de conquista, autocontrole, capacidade de tomar risco, capacidade de inovação, entre outros.

Existe ainda um ponto importante de discussão dentro dessa teoria quanto à origem dessas capacidades ou habilidades. Basicamente, são apresentados dois pontos de vista: o primeiro aponta essas qualidades como traços inerentes à natureza de alguns indivíduos, características próprias e inatas. Por outro lado, uma vez que o empreendedor é definido por um conjunto de competências, é possível treinar pessoas para aprimorar ainda mais as características já adquiridas, ou então que sejam desenvolvidas.

O terceiro campo apresentado é o da teoria sociológica do empreendedorismo, que busca compreender o empreendedorismo através do contexto social em que o agente ou a decisão foi tomada. Reynolds (1992) define quatro principais contextos sociais: relação interpessoal, momento de vida, identificação étnica e ecossistema populacional.

As relações interpessoais têm, portanto, um importante papel devido a parcerias, trocas de experiências e conhecimento ampliado que permitem através da vivência. O momento de vida também é uma variável muito importante para definir o comportamento empreendedor — estabilidade financeira, carreira e estrutura familiar interferem diretamente na tomada de decisão.

Quanto à identificação étnica, são apontados como influenciadores o ambiente em que se vive, o contato com outras pessoas e as oportunidades que a sociedade em que o agente está inserido apresenta. Por fim, é levado em consideração o sistema de relações e leis em que esse agente está inserido, o sistema político, leis em seus mais diversos âmbitos, relações de consumo, competição, entre outros.



ANAIS

A teoria antropológica do empreendedorismo é então apresentada por Simpeh (2011, p. 4)

“Cultural practices lead to entrepreneurial attitudes such as innovation that also lead to venture creation behavior. Individual ethnicity affects attitude and behavior (Baskerville, 2003) and culture reflects particular ethnic, social, economic, ecological, and political complexities in individuals (Mitchell et al., 2002a). Thus, cultural environments can produce attitude differences (Baskerville, 2003) as well as entrepreneurial behavior differences (North, 1990; Shane 1994).”

Dando sequência, é então apresentada a teoria do empreendedorismo com base na oportunidade, tendo como principais nomes Peter Drucker e Howard Stevenson, que propõem que o empreendedor está em busca da oportunidade de causar uma mudança, seja na tecnologia, na preferência dos consumidores, ou criando algo, evidenciando a diferença em relação ao administrador, que controla recursos já previstos e existentes Stevenson e Harmeling (1990).

Por fim, é então apresentada a teoria do empreendedorismo com base em recursos, que por sua vez pode ser dividida em subgrupos com base nos recursos relacionados, por exemplo, financeiro, capital social, capital humano, entre outros.

De modo geral, as teorias com base em recursos pressupõem que a ação empreendedora tem relação direta com a disposição do recurso em questão. A teoria do empreendedorismo do capital humano, por exemplo, relaciona dois fatores: a educação e a experiência.

O conhecimento adquirido através do estudo e as experiências vividas agregam ao capital humano, que por sua vez desenvolve um olhar diferenciado de identificação e exploração de oportunidades (CHANDLER; HANKS, 1998; SHANE; VENKATARAMAN, 2000).

Essa relação foi descrita também através de estudos empíricos que indicaram acréscimo do reconhecimento de oportunidades, a relação positiva entre capital humano e capacidade empreendedoras, e ainda o sucesso desses empreendedores (DAVIDSON; HONIG, 2003).

Podemos citar três principais conceitos de empreendedorismo segundo Klein (2008): ocupacional, estrutural e funcional. O conceito ocupacional trata do empreendedor como seu próprio empregador, alguém que toma a decisão de deixar de ser empregado e criar seu próprio negócio.

A visão estrutural julga empreendedora uma estrutura/firma, não necessariamente uma pessoa ou ação, e é comumente usada para designar firmas novas, conceito muito usado na literatura sobre dinâmica industrial e crescimento da firma Klein (2008).

A concepção que mais nos interessa é a funcional, através da qual podemos justificar as práticas de educação empreendedora. Ela está presente principalmente em trabalhos dos autores da escola austríaca de economia — Schumpeter, Knight, Mises, entre outros.

Tal concepção não vê o empreendedorismo como sendo um cargo ou ocupação, e sim um conjunto de capacidades, como julgamento, inovação, coordenação e criatividade (SCHUMPETER, 1934; MALHEIROS; FERLA; CUNHA, 2003), possibilitando que se



ANAIS

manifeste não só como a criação de uma empresa ou ocupação, mas também como melhorias de processo e ações dentro de pequenas e grandes empresas, ou até mesmo de maneira individual.

Adotando-se o conceito funcional de autores mais recentes, entende-se que o indivíduo deve reunir e aprimorar um conjunto de capacidades, dentre elas: julgamento, criatividade, liderança e percepção de oportunidades (DOLABELA, 2008; FILION, 1999), proposta muito semelhante ao conjunto de habilidades e competências da BNCC (BRASIL, 2018).

2.2 Educação Empreendedora

A educação empreendedora pode ser definida como um conjunto de treino e atividades, que tenta desenvolver em seus participantes a intenção empreendedora, assim como os conhecimentos que envolvem este campo (Afriyie & Boohene, 2014)

Neck e Corbett (2018) definem a Educação empreendedora como o desenvolvimento de capacidades cognitivas, habilidades e a prática necessária para iniciar novos empreendimentos. A educação empreendedora engloba tanto tópicos relacionados ao empreendedorismo, quanto conhecimentos relacionados a empresas DEVECI (2021). E o entendimento de que os conceitos de empreendedorismo e educação empreendedora estão cada vez mais recorrentes nos currículos educacionais de diversos países (DEVECI e SEIKKULA-LEINO, 2018; LOPES, 2010).

O desenvolvimento da educação empreendedora requer uma integração efetiva de recursos dentro do espaço escolar e agregação de recursos externos à escola como meio de estabelecer uma reciprocidade (LIU, p.4, 2021).

Um exemplo de interação de recursos internos e externos é de Gianotti (2019), que define a educação empreendedora como programas pedagógicos ou processo de ensino-aprendizagem que desenvolvem atitudes e habilidades empreendedoras. Nas experiências do ensino técnico a ênfase em vivências e práticas de trabalho seja em ambiente produtivo ou simulados, através de parcerias e instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional potencializam a intenção empreendedora dos jovens.

A metodologia e a prática na modalidade da educação empreendedora diferem da tradicional (LOPES, 2010; DOLABELA; FILION, 2013; LIMA et al., 2015), principalmente em relação ao papel do professor, como detentor de todo conhecimento, e do aluno como espectador. Logo, o aluno deve ganhar o papel de protagonista (DOLABELA; FILION, 2013).

Schaefer e Minello (2016) em relação aos principais aspectos da educação empreendedora destaca: a natureza da educação empreendedora, a educação centrada no aluno, as metodologias e práticas, e a função do professor nesse processo.

Quanto à sua natureza, é destacada a ênfase no processo, a formação integrada, interdisciplinar e transversal, além da aprendizagem pela ação, experimentação, contextual e cooperativa. A respeito dos métodos, é apontado que o processo de aprendizado deve estar diretamente ligado ao mundo real, contando com atividades extracurriculares que coloquem o aluno em contato com a sociedade em seu entorno e possibilitando a vivência e a interatividade (SCHAEFER; MINELLO, 2016).



ANAIS

Quanto ao professor, é esperado que tenha um perfil visionário e realizador (LIMA et al., 2014), que proporcione uma formação prática e organize os objetivos da aprendizagem junto aos alunos.

Logo, o professor, ao tomar essa posição de facilitador, permite que o aluno ganhe o centro do processo, devendo ele buscar autonomia e o desenvolvimento de suas metas pessoais dentro do ensino do empreendedorismo, sendo capaz de expor suas ideias (Seikkula-Leino et al., 2008).

Para Huq e Gilbert (2017) isso exige que a escola esteja preparada para oferecer as condições de ensino necessárias, incluindo o corpo docente em condições de desenvolver a metodologia adequada. O papel do professor é, principalmente, de mediação (LIMA et al. 2014). Esse deve ainda ter um perfil que oscila entre visionário ou realizador, com menor ênfase no papel de executor, ou seja, um cumpridor de exigências (LIMA et al. 2014).

Na visão dos autores (SCHAEFER; MINELLO, 2016), uma grande porção dos professores que assumem a responsabilidade de lecionar empreendedorismo muitas vezes não têm conhecimento na área ou contato com as práticas adequadas, e são sinalizados como executores, uma vez que têm preocupação em cumprir as exigências de seu cargo.

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

A estrutura da contribuição desta seção está baseada em sete artigos da base scopus, com o algoritmo: “organization & teaching; education & entrepreneurship; entrepreneurship & education”. O conceito de estrutura organizacional adotado é o de Chandler (1962), ou seja, uma construção que demonstra como é realizada a administração da empresa e como se dão suas relações internas e externas.

Essa preocupação com a estrutura organizacional é a soma de dois fatores, o primeiro são as evidências da importância da estrutura organizacional como catalisador de ações empreendedoras dentro da organização, somado ao referencial teórico sobre educação empreendedora que indica uma série de necessidades para promoção da efetiva aprendizagem.

Quanto à influência da estrutura organizacional, Nielsen et al., (2019) afirma que a capacidade e atividade empreendedora dos funcionários tende a ser mais ativa em estruturas organizacionais mais flexíveis e orgânicas. Bierwerth et al. (2015) aponta que dentre os fatores que influenciam na ação empreendedora a arquitetura organizacional exerce forte influência e essa ação é importante, pois, os dados apontam que a atividade intraempreendedora desenvolvida por funcionários é a fonte de muitos ganhos para as empresas Gawke et al. (2017).

No trabalho de Boon et al (2013) verifica-se que as capacidades intraempreendedoras no setor educacional exercem papel fundamental para o comportamento empreendedor, principalmente no sentido de tomada de risco e inovação. Para Huq e Gilbert (2017) a partir da organização escolar que favoreça o ambiente empreendedor, o processo de aprendizagem passa a induzir o aluno a pensar e agir como empreendedor, de maneira que as ações de fazer, errar, corrigir e criar passam a ser comuns às suas práticas.

Bane Mustafa et al. 2021 p. 13 apresenta evidências empíricas da importância dos aspectos organizacionais. Segundo os autores:

ANAIS

The results also show that both groups of faculty members (i.e., low versus high industry experience) think that organizational competitive aggressiveness, organizational proactivity, organizational innovativeness, and organizational risk-taking are important to the organization's entrepreneurial orientation.

Al-Lawati et al (2022) destaca a importância do perfil organizacional para a disseminação da cultura empreendedora, destacando o papel das instituições de ensino e ainda ressaltando que essa educação pode acontecer através de cursos, oficinas e palestras.

Kowang et al (2021) faz uma crítica à estrutura conteudista dos programas de educação empreendedora na Malásia, pois através de um estudo econométrico, chegou a conclusão que a educação empreendedora tem uma baixa taxa de correlação com a intenção de empreender, e sugere que isto está diretamente relacionado, fato da falta de oportunidades de vivência empreendedora e excesso de preocupação com conteúdo teórico.

Em relação à estrutura organizacional das instituições de ensino técnico, em especial aquelas de campo, como técnico em agropecuária, Artoni (2012) define dentre quatro elementos essenciais: 1) Educação no campo; 2) Estrutura escolar; 3) Gestão participativa; 4) Parcerias externas.

Tendo em vista esses apontamentos, a estrutura organizacional da instituição de ensino que busca desenvolver capacidades empreendedoras será avaliada em três aspectos: I- Práticas de Ensino e II - Estrutura.

É importante ressaltar que o perfil empreendedor de uma organização de acordo com MILLER (1983), é outorgado à organização que se encoraja em inovar seus produtos e serviços ou mercados, empreende com deliberado risco e age de forma proativa perante seus concorrentes e mercado.

3.1. Práticas de Ensino

As práticas para o ensino do empreendedorismo têm suas características específicas, em especial é chamada a atenção para prática e experimentação durante esse processo de aprendizagem (Lopes, 2010; Dolabela. Filion, 2013; Lima et al 2015). Para ilustrar de maneira mais acessível, Dolabela (2008) elencou as principais diferenças entre a educação convencional e a educação empreendedora, ou menos como ela deveria ser.

Como características da educação convencional, o autor elenca a ênfase no conteúdo, currículo e conteúdo programático rígidos, ênfase no pensamento analítico, preocupação com conhecimento teórico e abstrato entre outros. Em contraposição, a educação empreendedora é caracterizada pela ênfase no processo de aprender, currículo flexível e aberto a intervenções pela necessidade do grupo, prioridade na autoimagem, conjecturas e pensamentos divergentes vistoso como parte do processo criativo, valorização do conhecimento prévio do aluno, erros como uma fonte de conhecimento e o relacionamento entre professor e alunos como de fundamental importância.

Nassif, Amaral e Prando (2012) reforçam a importância da educação empreendedora de maneira que simulem a aprendizagem prática através de situações como empresas juniores, vistas técnicas e, até mesmo, a criação de grupos de estudos por áreas de interesses que



ANAIS

estimulem a pesquisa em inovação e tecnologia, valorizando a reflexão e a discussão, preparando os estudantes para o mercado de trabalho.

Lima et al 2014, ao se referir às práticas de ensino empreendedor de instituições de ensino superior elenca uma série de apontamentos organizacionais que contribuem com essa intenção. O primeiro aspecto que o autor chama atenção, é que qualquer curso, disciplina ou programa voltado ao assunto empreendedorismo, não deve se limitar a tratar apenas da criação de novos negócios, é mais valiosa a preocupação em desenvolver habilidades que possam ser úteis em um futuro negócio.

Dolabela (2008), mais voltado à prática e menos ao conteúdo, sugere explorar a interdisciplinaridade e a transversalidade do ambiente acadêmico (Lima, 2014; Tschá; Cruz Neto, 2014).

Quadro 1: Unidades Curriculares e suas Aplicações

Unidades Curriculares	Aplicações
Laboratórios	supõem atividades que envolvem observação, experimentação e produção em uma área de estudo e/ou o desenvolvimento de práticas de um determinado campo (línguas, jornalismo, comunicação e mídia, humanidades, ciências da natureza, matemática etc.).
Oficinas	espaços de construção coletiva de conhecimentos, técnicas e tecnologias, que possibilitam articulação entre teorias e práticas (produção de objetos/equipamentos, simulações de “tribunais”, quadrinhos, audiovisual, legendagem, fanzine, escrita criativa, performance, produção e tratamento estatístico etc.).
Clubes	agrupamentos de estudantes livremente associados que partilham de gostos e opiniões comuns (leitura, conservação ambiental, desportivo, cineclube, fã-clube, fandom etc.).
Núcleos de criação artística	desenvolvem processos criativos e colaborativos, com base nos interesses de pesquisa dos jovens e na investigação das corporalidades, espacialidades, musicalidades, textualidades literárias e teatralidades presentes em suas vidas e nas manifestações culturais das suas comunidades, articulando a prática da criação artística com a apreciação, análise e reflexão sobre referências históricas, estéticas, sociais e culturais (artes integradas, videoarte, performance, intervenções urbanas, cinema, fotografia, slam, hip hop etc.).

Unidades Curriculares	Aplicações
Observatórios	grupos de estudantes que se propõe, com base em uma problemática definida, a acompanhar, analisar e fiscalizar a evolução de fenômenos, o desenvolvimento de políticas públicas etc. (imprensa, juventude, democracia, saúde da comunidade, participação da comunidade nos processos decisórios, condições ambientais etc.).
Incubadoras	estimulam e fornecem condições ideais para o desenvolvimento de determinado produto, técnica ou tecnologia (plataformas digitais, canais de comunicação, páginas eletrônicas/sites, projetos de intervenção, projetos culturais, protótipos etc.).
Núcleos de estudos	desenvolvem estudos e pesquisas, promovem fóruns de debates sobre um determinado tema de interesse e disseminam conhecimentos por meio de eventos — seminários, palestras, encontros, colóquios —, publicações, campanhas etc. (juventudes, diversidades, sexualidade, mulher, juventude e trabalho etc.).

Fonte: Elaborado pelo Autor

Rocha e Freitas (2014), resumindo as boas práticas para ensino do empreendedorismo, apresentam em um quadro que relaciona os métodos, técnicas e recursos a suas aplicações. De modo geral, os métodos são bem variados e buscam envolver atividades individuais e



ANAIS

coletivas, na busca de desenvolver capacidades através de reflexão e compartilhamento de ideias.

Outro ponto que chama atenção, é a presença de vários métodos que não colocam o professor como disseminador do conhecimento e sim um facilitador, tendo ele muitas vezes papel meramente de mediador e organizador, podemos colocar como exemplo, seminários, debates, apreciação de filmes e vídeos, grupos de discussão e sugestão de leituras.

Outros métodos indicados colocam como coadjuvante inclusive a instituição de ensino, como visita à empresas, participação em feiras de tecnologia, participação em eventos acadêmicos, jogos de empresas e simulações.

Rocha e Freitas (2014) ao fazer as explicações quanto às aplicações de cada um desses métodos, ressalta mais uma vez a importância em se desenvolver habilidades e competências, sendo o conteúdo uma base para o desenvolvimento e não o principal objetivo do ensino.

Dentre as habilidades e competências, estão evidentes o desenvolvimento das capacidades de comunicação escrita e oral, visão de mercado, análise de risco, autonomia, capacidade crítica e criativa, capacidades gerenciais e de relacionamento interpessoal e outras.

Os métodos apresentados por Rocha e Freitas (2014) também estão presentes em trabalhos de outros autores. O exercício de incubadoras pode também ser observado nos trabalhos de Gimenez et al. (2010), Oliveira e Barbosa (2014), e Marinho (2016); a criação de empresas e produtos em Marra, Albrecht e Souza (2014); os grupos de discussão, eventos e contato com outros empreendedores em Lopes (2010), Hashimoto (2013), Tschá e Cruz Neto (2014), como evidenciado pelo próprio autor, e também por Schaefer e Minello (2016).

Dando ainda mais suporte ao que foi proposto por Rocha e Freitas (2014), é evidente a relação com o proposto na Nova Base Nacional Comum Curricular, previsto na Lei 13.415/17, em especial em relação às chamadas Unidades Curriculares:

“Unidades Curriculares são elementos com carga horário pré-definida cujo objetivo é desenvolver competências específicas, seja da formação geral básica, seja dos itinerários formativos...escolas podem escolher criar unidades que melhor respondam aos seus contextos e às suas condições, como projetos, oficinas, atividades práticas contextualizadas, entre outras situações de trabalho.” (MEC, 2019 p. 14)

Sendo assim, o MEC elenca possíveis Unidades Curriculares e suas aplicações, que estão apresentadas no Quadro 1, muito semelhantes com boa parte das metodologias propostas por Rocha e Freitas (2014), tanto em sua execução quanto em suas aplicabilidades para o ensino.

É importante avaliar, que os métodos das Unidades Curriculares são muito semelhantes aos apresentados pelos autores da área do ensino do empreendedorismo, assim como a preocupação com o desenvolvimento de habilidades e competências, como fica claro pela redação das aplicações de cada um dos métodos do Quadro 1.

3.2 Estrutura

Serão considerados nesta seção, estrutura física e estrutura administrativa, nesta ordem, buscando investigar quais as opções que melhor atendem os requisitos de um ensino técnico com impacto no empreendedorismo.



ANAIS

3.2.1 Estruturas Físicas

Como consta no site de Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), no que se refere aos cursos de técnico em agropecuária, agroindústria e agronegócio, todos tem como obrigação a infraestrutura mínima necessária de, Biblioteca com acervo físico ou virtual específico e atualizado, além de laboratórios, como Laboratório de Informática, Laboratório de Biologia e no caso do técnico em Agropecuária, inclusive unidades didáticas de produção animal, vegetal, mecanização, armazenamento e beneficiamento agroindustrial.

Segundo o MEC, a formação técnica profissional busca o desenvolvimento de mão de obra qualificada através da perspectiva da formação humana integral, unindo trabalho manual e intelectual, ou seja, busca além da teoria, oportunidades práticas, daí a justificativa para a necessidade de infra estrutura, muito semelhante as premissas do ensino do empreendedorismo, que ressaltam a importância da prática também (Lima et al (2014); Dolabela; Fillion (2013)).

Partindo além do mínimo regulamentado, encontram-se sugestões de outras estruturas que ajudam as instituições a alcançarem os objetivos do ensino técnico e também auxiliam no desenvolvimento das habilidades empreendedoras.

Uma estrutura auxiliar, encontrada em colégios técnicos como o Colégio Técnico Agrícola José Bonifácio e unidades do Centro Paula Souza é a de desenvolvimento profissional e acompanhamento de carreira, que tem como objetivo (Plano Político Pedagógico, Colégio Técnico Agrícola “José Bonifácio” p. 20 (2014))

“O Serviço de Orientação Educacional compreendido como um trabalho de transformação psicossocial e tem por finalidade desenvolver nos indivíduos as capacidades e habilidades necessárias para viver e conviver em sociedade, formação profissional e pessoal, enfrentar e resolver desafios”

Através de estruturas auxiliares como esta, é possível preparar melhor o aluno para o mercado de trabalho, através de orientação e acompanhamento de carreira, desenvolvendo capacidades como autonomia, planejamento e principalmente desenvolvendo o projeto de vida, tópico extremamente importante para a BNCC.

Um bom exemplo de atividade que poderia ser elaborado por uma estrutura como essa, seria o desenvolvimento de um currículo profissional, gestão de redes sociais de trabalho, como o LinkedIn, assim praticando as capacidades de comunicação escrita e relacionamento interpessoal.

Uma segunda estrutura que pode ser citada, seria um centro de desenvolvimento de tecnologia e inovação, um espaço físico em que os alunos da instituição pudessem se reunir para debater ideias de novos negócios, sejam eles serviços ou produtos, podendo ter acesso a tutores que os auxiliariam no desenvolvimento do projeto.

As incubadoras são sem sombra de dúvidas muito recomendadas na literatura sobre empreendedorismo (Gimenez et al. 2010; Oliveira e Barbosa 2014; Rocha e Freitas 2014; Marinho 2016) e estão presentes em algumas instituições que oferecem ensino técnico e tecnológico, como o caso de algumas unidades do CPS, como a de Carapicuíba e Guarulhos.



ANAIS

Como apresentado no Quadro 1, a prática de Incubadora está elencada como exemplo de Unidade Curricular, uma vez que estimulam e oferecem condições para o desenvolvimento de ideias e protótipos, além de cumprirem um papel fundamental dentro da BNCC de estimular o aluno a interagir com o meio em que vive e utilizar de sua experiência própria para desenvolver conhecimentos.

Zheng et al (2022), propõe que as incubadoras devem ser pensadas como uma pirâmide de 3 etapas. A base é formada pelas estruturas e departamentos da instituição de ensino, em que os alunos terão acesso e deverão utilizar para desenvolver seus projetos. O corpo é formado por espaços físicos e eventos realizados pela instituição que permite integração entre empresas da área com os alunos, apresentando e trabalhando projetos interdisciplinares com auxílio de especialistas. Por fim, o topo da pirâmide fica reservado para equipes que estão em uma fase de desenvolvimento mais avançada, que terão muitos contatos com empresas e indústrias da região para desenvolver seus projetos, é a última etapa que prende uma startup a universidade.

3.2.1 Estrutura Administrativa

O primeiro aspecto a ser levado em conta em relação a estrutura administrativa, são as escolhas em relação ao curso oferecido e suas experiências. Mais uma vez consultando o CNCT, verificou-se que não há obrigatoriedade de realização de estágio curricular para os cursos da área do agronegócio, logo uma primeira sugestão seria a adoção, por parte da instituição de ensino, de incluir essa atividade em seu planejamento.

Um segundo aspecto que deve ser considerado é em relação ao corpo docente, pois ele é crucial para se atingir os objetivos da educação empreendedora (Seikkula-Leino et al 2008).

Lima et al (2014) sugere que a instituição deve buscar e estimular a contratação e formação de professores que possam conciliar a formação acadêmica com a experiência prática empreendedora, podemos adicionar a esta sugestão também a experiência prática na área técnica em que atua.

O perfil do professor em si, como apresentado anteriormente, também é uma preocupação, Tschá e Cruz Neto (2014) descrevem que os professores devem esquecer a antiga função de centralizador de conhecimento e passar a atuar como, líderes, conselheiros e mediadores. Hashimoto (2013) coloca que a relação entre professor e aluno deve ser de troca de experiências e vivências, em abordagens dinâmicas e bilaterais e o autor ressalta, que a formação deste profissional é imprescindível para alcançar tal objetivo.

Zheng et al (2022) propõe, que deve ser criada uma equipe para o desenvolvimento das competências empreendedoras, que envolva uma parte interna, sendo essa os professores e uma parte externa composta por quatro perfis, técnicos especializados, empreendedores, administradores de empresas e artesãos com grande experiência.

Continuando no aspecto das experiências e a relação entre a instituição de ensino e a sociedade, para que haja promoção da educação empreendedora, os mecanismos devem ser construídos de forma entrelaçada, entre aspectos internos e externos, uma coordenação entre escola e departamentos governamentais, industriais, comerciais e outros. (Liu et al., 2021)



ANAIS

Logo, é preciso refletir sobre como a estrutura administrativa pode incentivar e propiciar essa ligação entre a sociedade acadêmica e a sociedade externa, de modo a promover essa troca de experiências tão bem avaliada pela literatura.

Um bom começo é colocar em contato pessoas já inseridas no mercado de trabalho, ocupando as mais diversas posições, com os alunos, através de convites para palestras, debates e discussões, como proposto Rocha e Freitas (2014). Essa é uma primeira boa opção, pois os custos envolvidos são menores assim como a complexidade logísticas, não exigindo nenhum grande auditório, instalações de som, etc.

Caso seja possível, pode-se evoluir essas conversas avulsas para oficinas e palestras, como um evento acadêmico, técnico ou tecnológico, pode-se buscar parcerias mais duradouras com empresas, seja para estágios ou apenas para troca de experiências.

Essas primeiras ideias, utilizam o espaço físico da instituição de ensino para promover esses eventos, porém deve-se também levar em consideração a possibilidade de atividades extra campus, como visitas a empresas, indústrias, plantações e unidades produtivas.

Eventos acadêmicos como o SGAgro promovido pela UNESP de Jaboticabal, possibilitam disseminação de conhecimento específico da área, através de palestras, oficinas e apresentações de trabalhos acadêmicos, envolver alunos do ensino técnico neste tipo de evento, permite que eles presenciam como é o ambiente acadêmico, quais as tendências e tecnologias que estão em desenvolvimento e o contato com profissionais da área em que ele está inserido.

Outros eventos que sem dúvidas servem de grande oportunidade, são as Exposições Agropecuárias (EXPOAGRO) e Feiras Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow), que tem conteúdo de uma série de áreas do agronegócio, com exposição de produtos de alta tecnologia, novos serviços, grandes empresas do mercado e várias outras oportunidades.

Zheng et al (2022) elenca os agentes da sociedade que são possíveis parcerias e que devem ser levados em conta quando desenvolvendo relações interinstitucionais: **Governo local:** pode promover subsídios, financiamentos e parcerias de cooperação tecnológica; **Novos usuários de produto:** podem auxiliar em pesquisas de mercado e levantamento de pontos de melhoria para projetos; **Universidades e Institutos de Pesquisa:** tem por natureza um espírito inovador e estão à frente dos avanços tecnológicos e acesso a indústria, pode servir para cooperação tecnológica e também como exemplo; **Parceiros Industriais:** permite acesso às reais demandas da indústria, favorece a troca de experiências entre equipes; **Instituições Financeiras:** pode agregar com informações quanto a economia local e políticas fiscais, podem também ser um possível financiador dos projetos; **Intermediários:** atuam fazendo a ponte entre as instituições, fazem o network e conectam as necessidades de ambos.; **Comércios:** podem auxiliar na obtenção de matéria prima e parcerias de distribuição de materiais; **Mídia:** torna relevante os avanços e projetos desenvolvidos na instituição, de modo a atrair interessados para parcerias e investimentos.

Finalizando a parte da estrutura administrativa, pode-se também considerar organizações estudantis, sejam elas clubes, grupos de estudo, atléticas ou empresas júniores. Através dessas instituições anexas a instituição de ensino, os alunos poderão se organizar, praticar a liderança e a responsabilidade e muitas vezes sentir na prática o funcionamento de



ANAIS

uma organização, desde sua criação, até a prestação de contas, marketing, captação e organização estratégica.

Seria ainda melhor, caso essas instituições estudantis pudessem participar ativamente da gestão da instituição, dada as devidas proporções, pudessem enviar representantes para reunião de conselho, participação da discussão orçamentária, elaboração de plano estratégico plurianual, levando aos administradores as intenções e preocupações dos alunos que ali estudam.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das investigações feitas por este trabalho, são destacadas três principais contribuições em relação aos aspectos organizacionais de instituições de ensino técnico que buscam desenvolver habilidades empreendedoras em seus alunos.

O primeiro deles é quanto às características das metodologias de ensino para o empreendedorismo, muita prática, simulações e troca de experiências. Segundo é quanto à constituição do corpo docente, da necessidade de buscar integrantes multidisciplinares, com experiência não só em educação, mas também nas áreas técnicas e experiência com empreendedorismo. A última contribuição é quanto a importância de se oferecer oportunidades para os alunos vivenciarem experiências, seja por meio de estruturas físicas internas, setores auxiliares dentro da instituição, parceria com instituições externas, comparecimento a eventos e outros.

Como colocado por muitos autores, ainda que as pesquisas na área da educação empreendedora estejam apresentando grande crescimento, existem limitações para a discussão, uma vez que há falta de pesquisas empíricas, capazes de uma mensuração dos impactos da educação empreendedora na formação dos alunos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRIYIE, N., & BOOHENE, R. (2014). **Entrepreneurial education and entrepreneurial culture among university of cape coast students in Ghana.** Athens Journal of Education, 1(4), 309-321.

AL-LAWATI, Essam Hussain, KOHAR, Umar Haiyat Abdul & SULEIMAN, Ebi Shahrin (2022) **Entrepreneurial culture in educational institutions: A scoping review,** Cogent Business & Management, 9:1, 1997237, DOI: 10.1080/23311975.2021.1997237

ARTONI, Carla Baraldi. **Relação entre perfil socioeconômico, desempenho escolar e evasão de alunos: Escolas do Campo e Municípios Rurais no Estado de São Paulo.** 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012. Disponível em: encurtador.com.br/dpIY7. Acesso em: 27 out. 2021.

BANI-Mustafa, AHMED, Sam Toglaw, OUALID Abidi, and KHALIL Nimer. 2021. **Do Individual Factors Affect the Relationship between Faculty Intrapreneurship and the Entrepreneurial Orientation of Their Organizations?** Economies 9: 199. <https://doi.org/10.3390/economies9040199>

BIERWERTH, Michael, SCHEWNS, Christian, ISIDOR, Rodrigo, and KABST, Rüdiger. 2015. **Corporate Entrepreneurship and Performance: A Meta-Analysis.** Small Business Economics 45: 255–78.



ANAIS

BOON, Jo, Marcel van der Klink, and JANSSEN, Jose. 2013. **Fostering Intrapreneurial Competencies of Employees in the Education Sector.** International Journal of Training and Development 17: 210–20.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: encurtador.com.br/dlGVY. Acesso em: 27 out. 2021.

CHANDLER, Gaylen N.; HANKS, Steven H. **An examination of the substitutability of founders human and financial capital in emerging business ventures.** Journal of business venturing, v. 13, n. 5, p. 353-369, 1998. Disponível em: encurtador.com.br/kwxPS. Acesso em: 28 out. 2021.

DAVIDSON, Per; HONIG, Benson. **The role of social and human capital among nascent entrepreneurs.** Journal of Business Venturing, v. 18, n. 3, p. 301-331, 2003. Disponível em: encurtador.com.br/rEILU. Acesso em: 28 out. 2021.

DEVECI, Í., & SEIKKULA-LEINO, J. (2018). **A review of entrepreneurship education in teacher education.** Malaysian Journal of Learning and Instruction, 15(1), 105-148.

DEVECI, Ísa. Review of Entrepreneurship Education Literature in Educational Contexts:: Bibliometric Analysis. Participatory Educational Research, [s. l.], 2021. DOI <http://dx.doi.org/10.17275/per.22.12.9.1>. Disponível em: <http://www.perjournal.com>. Acesso em: 10 mar. 2022.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza.** Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DOLABELA, Fernando; FILION, Louis Jacques. **Fazendo revolução no Brasil: a introdução da pedagogia empreendedora nos estágios iniciais da educação.** Iberoamerican Journal of Entrepreneurship and Small Business, v. 2, n. 3, p. 134-181, 2013. Disponível em: <https://regepe.org.br/regepe/article/view/137>. Acesso em: 28 out. 2021.

JABEEN, F., Faisal, KATSILOUDES, M. N., & I. KATSILOUDES, M. (2017). **Entrepreneurial mindset and the role of universities as strategic drivers of entrepreneurship: Evidence from the United Arab Emirates.** Journal of Small Business and Enterprise Development, 24(1), 136–157. 10.1108/JSBED-07-2016-0117.

FILION, Louis Jacques. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios.** Revista de Administração, v. 34, n. 2, p. 5-28, abr./jun. 1999. Disponível em: encurtador.com.br/jkART. Acesso em: 26 out. 2021.

GAWKE, Jason C., Marjan J. Gorgievski, and ARNOLD B. Bakker. 2017. **Employee Intrapreneurship and Work Engagement: A Latent Change Score Approach.** Journal of Vocational Behavior 100: 88–100.

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise (Orgs.). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIANOTTI, Fernanda et al. **O desenvolvimento do empreendedor através da educação empreendedora.** In: SIMPÓSIO EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO, 4., 2019, Jaboticabal. Anais [...]. Jaboticabal: Unesp, 2019, p. 1-14.

GIMENEZ, Fernando Antonio Prado et al. (Orgs.). **Educação para o empreendedorismo.** Curitiba: Agência de Inovação UFPR, 2014.

HASHIMOTO, Marcos. **Centros de empreendedorismo no Brasil.** São Paulo: SEBRAE, 2013.

HUQ, A., DAVID, G. **All the world's a stage: transforming entrepreneurship education through design thinking**, Vol. 59 Issue: 2, pp.155-170. Emerald Insight, 2017.

VII SIMPÓSIO EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO. **Liderança e Inserção Feminina no Agronegócio**, Jaboticabal-SP: 04, 08 a 10 de junho de 2022



ANAIS

KARIMI, S., CHIZARI, M., BIEMANS, H. J., & MULDER, M. (2010). **Entrepreneurship education in Iranian higher education: The current state and challenges.** *European Journal of Scientific Research*, 48(1), 35–50 [https:// edepot.wur.nl/161617](https://edepot.wur.nl/161617).

KENWORTHY, Thomas P.; MCMULLAN, W. Edward. **In consideration of entrepreneurship theory.** *Scientometrics*, v. 115, n. 2, p. 767-783, 2018. Disponível em: encurtador.com.br/ajqJ1. Acesso em: 27 out. 2021.

KLEIN, Peter G. **Opportunity Discovery, Entrepreneurial Action, and Economic Organization.** *Strategic Entrepreneurship Journal*, v. 2, n. 3, p. 175-190, set. 2008. Disponível em: encurtador.com.br/imIPZ . Acesso em: 26 out. 2021.

KOWANG, Tan *et al.* **Undergraduates entrepreneurial intention: Holistic determinants matter.** *International Journal of Evaluation and Research in Education*, [s. l.], v. 10, ed. 1, p. 57-64, 2021. DOI: 10.11591/ijere.v10i1.20733. Disponível em: encurtador.com.br/pGIS6 . Acesso em: 15 mar. 2022.

LIMA, Edmilson et al. **Brasil: em busca de uma educação superior em empreendedorismo de qualidade.** In: GIMENEZ, Fernando Antonio Prado et al. (Orgs). *Educação para o empreendedorismo*. Curitiba: Agência de Inovação da UFPR, 2014. p. 128-149.

LIU R, Huo Y, he J, Zuo D, QIU Z and ZHAO J (2021) **The Effects of Institution-Driven Entrepreneurial Education in Chinese Universities: A Qualitative Comparative Analysis Approach.** *Front. Psychol.* 12:719476. doi: 10.3389/fpsyg.2021.719476

LOPES, Rose Mary A. **Referenciais para educação empreendedora.** In: LOPES, Rose Mary A. (Org.). *Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: SEBRAE, 2010. p. 17-44.

MALHEIROS, Rita de Cássia C.; FERLA, Luiz Alberto; CUNHA, Cristiano J. C. Almeida. **Viagem ao mundo do empreendedorismo.** Florianópolis: Instituto de Estudos Avançados, 2003.

MARINHO, Estevão da Silva. **Processo de incubação, características empreendedoras e aprendizagem empreendedora: uma perspectiva interativa.** 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: encurtador.com.br/lnGW2 . Acesso em: 28 out. 2021.

MARRA, Brener M.; ALBRECHT, Leandro Paiola; SOUZA, Luis Fernando. **Criando soluções tecnológicas.** In: GIMENEZ, F. A. P. et al. (Org.). *Educação para o empreendedorismo*. Curitiba: Agência de Inovação da UFPR, 2014. p. 98-108.

MEYER, & SURUJLAL. (2018). **Placing South Africa in the global entrepreneurship arena: A European country comparison.** 31st International Business Information Management Association Conference (IBIMA) Milan, Italy (International Business Information Management Association (IBIMA)).

MILLER, D. (1983). **The correlates of entrepreneurship in three types of firms.** *Management Science*, 29(7), 770–792

NASSIF, V. M. J.; AMARAL, D. J.; PRANDO, R. A. **A universidade desenvolve competências empreendedoras? Um mapeamento das práticas de ensino numa universidade brasileira.** *Administração: Ensino e Pesquisa*, v. 13, n. 3, p. 597-597, 2012.

NECK, H. M., & CORBETT, A. C. (2018). **The scholarship of teaching and learning entrepreneurship.** *Entrepreneurship Education and Pedagogy*, 1(1), 8–41. 10.1177/2515127417737286



ANAIS

NIELSEN, Jelena Erić, VERICA BABIĆ, Vesna Stojanović-Aleksić, and JELENA Nikolić. 2019. **Driving Forces of Employees' Entrepreneurial Intentions-Leadership Style and Organizational Structure.** Management: Journal of Sustainable Business and Management Solutions in Emerging Economies 24: 59.

OLIVEIRA, Jair de; BARBOSA, Milena de Lima. **Processo de seleção de pré-incubação: sob a batuta da subjetividade.** In: GIMENEZ, Fernando Antonio Prado et al. (Orgs). Educação para o empreendedorismo. Curitiba: Agência de Inovação UFPR, 2014. p. 81-97.

REYNOLDS, Paul D. **Sociology and Entrepreneurship: concepts and contributions.** Entrepreneurship Theory and Practice, v. 16, n. 2, p. 47-70, 1992. Disponível em: encurtador.com.br/uwQTY. Acesso em: 28 out. 2021.

ROCHA, Estevão Lima de Carvalho; FREITAS, Ana Augusta Ferreira. **Avaliação do Ensino de Empreendedorismo entre Estudantes Universitários por meio do Perfil Empreendedor.** RAC, v. 18, n. 4, art. 5, p. 465-486, jul./ago. 2014. Disponível em: encurtador.com.br/rLWX4. Acesso em: 26 out. 2021.

ROCHA JUNIOR, C. J. G.; CABRAL, R. M. **O Processo de Transição de Empreendimentos Rurais Tradicionais para as Agroindústrias Associativas no Estado de Pernambuco: Desafios para Construir Competências Empreendedoras.** Gestão & Regionalidade, v. 32, n. 94, p. 68-83, 2016.

SANTIAGO, A., ROXAS, F. **Reviving farming interest in the Philippines through agricultural entrepreneurship education.** Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development. 5(4), 15–27. encurtador.com.br/oMQ16. 2015.

SCHAEFER, R.; MINELLO, I. F. **Educação empreendedora: premissas, objetivos e metodologias.** Revista Pensamento Contemporâneo em Administração. vol. 10, núm. 3. E-ISSN: 1982-2596, 2016.

SCHUMPETER, Joseph A. **The Theory of Economic Development.** Cambridge: Harvard University Press, 1934.

SEIKKULA-LEINO, J., RUSKOVAARA, E., IKAVALKO, M., MATTILA, J., and RYTKOLA, T. (2008). **Promoting entrepreneurship education: the role of the teacher?** Educ. Train. 52, 117–127. doi: 10.1108/00400911011027716

SHANE, Scott; VENKATARAMAN, Sankaran. **The promise of entrepreneurship as a field of research.** Academy of Management Review, v. 25, n. 1, p. 217-226, 2000. Disponível em: encurtador.com.br/lsGN4. Acesso em: 28 out. 2021.

SIMPEH, Kwabena Nkansah. **Entrepreneurship theories and Empirical research: a summary review of the literature.** European Journal of Business and Management, v. 3, n. 6, 2011. Disponível em: <https://bityli.com/YRWMS>. Acesso em: 27 out. 2021.

SOMMARSTRÖM, K., OIKKONEN, E., & PIHKALA, T. (2020). **Entrepreneurship education—paradoxes in school—company interaction.** Education + Training, 62(7/8), 933-945.

STEVENSON, Howard; HARMELING, Susan. **Entrepreneurial management 's need for a more “chaotic” theory.** Journal of Business Venturing, v. 5, n. 1, p. 1-14, 1990. Disponível em: <https://bityli.com/LBitF>. Acesso em: 28 out. 2021.

TOMEI, P. A.; SOUZA, D. A. A. L. **Análise das barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro.** Revista Ibero-americana de Estratégia, v. 13, n. 3, p. 107-122, 2014.



ANAIS

TSCHÁ, Elizabeth R.; CRUZ NETO, Genésio G. **Empreendendo Colaborativamente Ideias, Sonhos, Vidas e Carreiras**: o caso das células empreendedoras. In: GIMENEZ, F. A. P. et al. (Org.). Educação para o empreendedorismo. Curitiba: Agência de Inovação da UFPR, 2014. p. 65-80.

MUKHTAR, S., WARDANA, L. W., WIBOWO, A., NARMADITYA, B. S., & CHENG, M. (2021). **Does entrepreneurship education and culture promote students' entrepreneurial intention? The mediating role of entrepreneurial mindset**. Cogent Education, 8(1), 1918849. 10.1080/2331186X.2021.1918849

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Portal do MEC**. 2018. Disponível: <https://bityli.com/GALwi>.